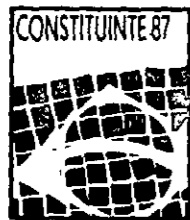


Sistema de Governo**Comissão aprova cinco anos e o neoparlamentarismo**

Da Sucursal de Brasília

Por 43 votos a 19, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo aprovou, às 19h25 de anteontem, a tese de um mandato de cinco anos para o pre-



sidente José Sarney. Mas, se prevalecer no Congresso constituinte o relatório da comissão, Sarney terá seus poderes sensivelmente esvaziados a partir de 15 de março de 1988. Neste dia, segundo foi aprovado, entrará em vigor no país o sistema "neoparlamentarista" de governo.

A comissão aprovou também uma emenda ao relatório do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), impedindo qualquer modificação no "neoparlamentarismo" por um período de cinco anos. "É a emenda 'tenho medo do Brizola'", disse o deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), de centro-esquerda. O autor da emenda, deputado César Cals Neto (PDS-CR), de direita, justificou que o objetivo da medida é preservar esse sistema de governo.

Outra decisão foi a de eliminar a vantagem que teriam, no gabinete de governo, os ministros militares. De acordo com o relatório aprovado na

Subcomissão do Poder Executivo, eles ficariam a salvo da moção de desconfiança na Câmara — que permitirá aos deputados derrubarem os ministros de Estado. A comissão aprovou a moção de desconfiança coletiva. Quando ela for aprovada na Câmara, todos os ministros cairão.

Acordo

O relatório de Ferreira Lima foi aprovado por 59 votos contra 2, depois que um acordo, selado na madrugada do mesmo sábado, garantiu que seria restabelecido o sistema de governo "neoparlamentarista" proposto pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), de centro-esquerda. As bases do acordo

tinham sido lançadas no final da tarde da quinta-feira passada, durante um encontro entre Ferreira Lima, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Mas o resultado final acabou sendo pior que o esperado por Sant'Anna, que desejava um sistema "neoparlamentarista" com grandes poderes nas mãos do presidente da República. Das duas emendas consideradas "fundamentais" por Sant'Anna, uma delas foi derrubada e outra, modificada. A emenda derrotada previa que "o presidente da República é o responsável pelo Poder Executivo". Um acordo permitiu que, por 45 votos e 2 abstenções, fosse vitoriosa a

formulação anterior do relatório: "O presidente da República é o chefe do Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, garantindo a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais". Com isso, retirou-se do presidente da República a responsabilidade pelo Poder Executivo.

A segunda emenda que Sant'Anna queria ver aprovada era a que garantia ao presidente o direito de exonerar o primeiro-ministro. Ela foi aprovada, mas o presidente da República só poderá se utilizar deste direito por duas vezes durante todo o seu mandato.

Se o novo sistema de governo for aprovado pela Constituinte, Sarney

deverá nomear, em março, seu primeiro-ministro. No caso de a Câmara, por maioria absoluta, aprovar uma "moção reprobatória", Sarney terá que indicar o nome de outro parlamentar (só parlamentares poderão exercer o cargo). No caso de nova rejeição, os deputados elegerão uma lista com dois nomes. Um deles será nomeado, pelo presidente, como o primeiro-ministro do sistema "neoparlamentarista" brasileiro.

A partir da aprovação do nome do primeiro-ministro, ele indicará a Sarney os nomes que comporão o Conselho de Ministros. Dez dias após essa nomeação, o primeiro-ministro e seus auxiliares deverão apresentar ao Congresso Nacional seu plano de governo.

Organização Eleitoral**Aprovado sistema eleitoral misto e 2 turnos**

A Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições aprovou, na noite de anteontem, o sistema eleitoral misto, pelo qual, nas eleições dos deputados federais e estaduais, uma parte deles é eleita pelo voto distrital e outra metade, pelo proporcional. Apenas os vereadores serão eleitos pelo sistema proporcional. Foi aprovada também a eleição em dois turnos para todos os cargos executivos. Pela proposta do relator da comissão, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), de centro, os prefeitos das cidades com menos de cem mil eleitores seriam eleitos em um único turno.

O sistema eleitoral misto foi aprovado por 36 votos contra 23. A comissão não regulamentou, porém, a proporção dos candidatos que concorrerão por cada um dos sistemas. Pelo sistema proporcional, o partido escolhe seus candidatos em convenção e apresenta-os ao eleitorado numa lista. Depois de estabelecido o número de distritos que cada cidade terá, cada partido apresenta-

rá um candidato para cada distrito. É eleito o mais votado em cada distrito. Os eleitores votam duas vezes: uma no candidato distrital e outra no proporcional. A experiência eleitoral alemã orientou a formulação do sistema misto.

Além do PT, PC do B e de parlamentares de centro-esquerda do PMDB, parte do PFL votou contra o sistema eleitoral misto. "Vou fazer um intenso trabalho de convencimento para que o artigo seja rejeitado na Comissão de Sistematização", disse o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (PFL-MT), de centro. Pelos seus cálculos, o PFL não teria conseguido eleger sequer a metade dos constituintes que tem hoje, caso vigorasse o sistema misto. "Os partidos ideológicos seriam prejudicados em cada distrito, porque o voto ficaria vinculado a interesses locais", afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP), esquerda. Dizendo que votava "contra as celebridades de aldeia", o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centro-

direita, votou contra o sistema misto, recebendo aplausos dos constituintes de esquerda.

Apoio de 0,5%

Pela proposta de Prisco Viana, apenas os partidos que obtivessem o apoio de 3% do eleitorado nacional, distribuído em cinco Estados, teriam representação na Câmara e no Senado. Depois de firmado um acordo entre todos os partidos integrantes da comissão, o percentual foi reduzido para 0,5%. O único voto discordante foi o de Prisco.

Os membros da comissão aprovaram, quase que em sua totalidade, o relatório de Prisco referente ao papel das Forças Armadas; a decretação do Estado de Defesa e de Sítio e da Constituição e atuação do Conselho de Segurança Nacional. "Os setores progressistas do PMDB ausentaram-se da votação, favorecendo o PFL. Foi uma vitória dos conservadores", disse o deputado Paulo De-gado (PT-MG), esquerda.